

Sumário

Prefácio	xv
INTRODUÇÃO – HISTÓRIA E HISTÓRIA DO DIREITO	
1. História	1
2. Direito	2
3. História do Direito	3
4. Objetivos do Estudo de História do Direito.....	4
5. Este Livro	5
CAPÍTULO I – O DIREITO DOS POVOS SEM ESCRITA	
1. Características Gerais dos Direitos dos Povos Ágrafos.....	8
2. Fontes dos Direitos dos Povos Ágrafos.....	9
3. Transmissão das Regras.....	9
CAPÍTULO II – AS PRIMEIRAS LEIS ESCRITAS E O CÓDIGO DE HAMMURABI	
1. O Crescente Fértil e as Primeiras Leis Escritas	11
2. Algumas Considerações Sobre as Leis Anteriores a Hammurabi.....	12
3. A Babilônia de Hammurabi.....	13
4. Sociedade e Economia da Babilônia Hammurabiana	15
4.1. Questões Acerca dos Escravos	16
5. Alguns Pontos do Código de Hammurabi.....	17
CAPÍTULO III – DIREITO HEBRAICO	
1. Introdução	27
2. A Sociedade e a Vida Econômica.....	28
3. A Lei Mosaica.....	29
4. A Formação do Direito Hebraico – da Legislação Mosaica aos dias de hoje.....	31
5. Algumas Leis do Deuteronomio	32
CAPÍTULO IV – O CÓDIGO DE MANU	
1. Introdução	43
2. Contexto Histórico	43
3. Sociedade	44
4. Religião	46
5. Alguns Pontos do Código de Manu.....	47

Sumário

Prefácio	xv
INTRODUÇÃO – HISTÓRIA E HISTÓRIA DO DIREITO	
1. História	1
2. Direito	2
3. História do Direito	3
4. Objetivos do Estudo de História do Direito.....	4
5. Este Livro	5
CAPÍTULO I – O DIREITO DOS POVOS SEM ESCRITA	
1. Características Gerais dos Direitos dos Povos Ágrafos.....	8
2. Fontes dos Direitos dos Povos Ágrafos.....	9
3. Transmissão das Regras.....	9
CAPÍTULO II – AS PRIMEIRAS LEIS ESCRITAS E O CÓDIGO DE HAMMURABI	
1. O Crescente Fértil e as Primeiras Leis Escritas	11
2. Algumas Considerações Sobre as Leis Anteriores a Hammurabi.....	12
3. A Babilônia de Hammurabi.....	13
4. Sociedade e Economia da Babilônia Hammurabiana	15
4.1. Questões Acerca dos Escravos	16
5. Alguns Pontos do Código de Hammurabi	17
CAPÍTULO III – DIREITO HEBRAICO	
1. Introdução	27
2. A Sociedade e a Vida Econômica.....	28
3. A Lei Mosaica.....	29
4. A Formação do Direito Hebraico – da Legislação Mosaica aos dias de hoje.....	31
5. Algumas Leis do Deuteronomio	32
CAPÍTULO IV – O CÓDIGO DE MANU	
1. Introdução	43
2. Contexto Histórico	43
3. Sociedade	44
4. Religião	46
5. Alguns Pontos do Código de Manu.....	47

CAPÍTULO V – GRÉCIA

1. Introdução	65
2. Esparta	66
2.1. Sociedade	67
2.2. Economia	69
2.3. Política	71
2.4. Cultura e Ideologia	71
3. Atenas	72
3.1. Drácon	73
3.2. Sólon	74
3.2.1. Economia	74
3.2.2. Sociedade	75
3.2.3. Política	75

CAPÍTULO VI – ROMA E O DIREITO ROMANO

1. Introdução	77
2. História de Roma: Divisão Política	78
2.1. A Realeza e suas Instituições Políticas	79
2.2. A República e Suas Instituições Políticas	79
2.3. O Império e Suas Instituições Políticas	82
2.4. As Mudanças em Roma Após as Conquistas	83
3. O Direito Romano	83
3.1. Definição e Características	83
3.2. Periodização do Direito Romano	84
3.2.1. Período Arcaico	84
3.2.2. Período Clássico	85
3.2.3. Período Pós-Clássico	85
3.3. Fontes do Direito Romano	86
3.3.1. Costume	86
3.3.2. Leis e Plebiscitos	87
3.3.3. Editto dos Magistrados	88
3.3.4. Jurisconsultos	89
3.3.5. Senatus-Consultos	90
3.3.6. Constituições Imperiais	91
3.4. Divisão do Direito Romano	92
3.4.1. Divisão Baseada na Origem	92
3.4.2. Divisão Baseada na Aplicabilidade	93
3.4.3. Divisão Baseada no Sujeito	93
3.5. Capacidade Jurídica de Gozo	93
3.5.1. <i>Status Libertatis</i>	94
3.5.2. <i>Status Civitatis</i>	95

CAPÍTULO V – GRÉCIA

1. Introdução	65
2. Esparta	66
2.1. Sociedade	67
2.2. Economia	69
2.3. Política	71
2.4. Cultura e Ideologia	71
3. Atenas	72
3.1. Drácon	73
3.2. Sólon	74
3.2.1. Economia	74
3.2.2. Sociedade	75
3.2.3. Política	75

CAPÍTULO VI – ROMA E O DIREITO ROMANO

1. Introdução	77
2. História de Roma: Divisão Política	78
2.1. A Realeza e suas Instituições Políticas	79
2.2. A República e Suas Instituições Políticas	79
2.3. O Império e Suas Instituições Políticas	82
2.4. As Mudanças em Roma Após as Conquistas	83
3. O Direito Romano	83
3.1. Definição e Características	83
3.2. Periodização do Direito Romano	84
3.2.1. Período Arcaico	84
3.2.2. Período Clássico	85
3.2.3. Período Pós-Clássico	85
3.3. Fontes do Direito Romano	86
3.3.1. Costume	86
3.3.2. Leis e Plebiscitos	87
3.3.3. Editto dos Magistrados	88
3.3.4. Jurisconsultos	89
3.3.5. Senatus-Consultos	90
3.3.6. Constituições Imperiais	91
3.4. Divisão do Direito Romano	92
3.4.1. Divisão Baseada na Origem	92
3.4.2. Divisão Baseada na Aplicabilidade	93
3.4.3. Divisão Baseada no Sujeito	93
3.5. Capacidade Jurídica de Gozo	93
3.5.1. <i>Status Libertatis</i>	94
3.5.2. <i>Status Civitatis</i>	95

3.5.3. <i>Status Familiae</i>	96
3.5.4. Causas Restritivas da Capacidade Jurídica de Gozo	97
3.6. Direito de Família	97
3.6.1. O Pátrio Poder	98
3.6.2. O Casamento	99
3.6.3. O Divórcio	103
3.6.4. O Dote	104
3.6.5. A Adoção	104
3.7. Tutela e Curatela	105
3.7.1. Tutela	105
3.7.2. Curatela	106
3.8. Sucessão	107
3.8.1. Herança	108
3.8.2. Testamento	108
3.9. Posse e Propriedade	109
3.10. Delitos	110
3.10.1. Causalidade	112
3.10.2. Imputabilidade	112
3.10.3. Extinção da Punibilidade	113
3.10.4. Codelinquência	113
3.10.5. Retroatividade da Lei Penal	114
3.10.6. Alguns Delitos	114
3.11. O Estudo do Direito e os Advogados em Roma	115
CAPÍTULO VII – A EUROPA MEDIEVAL	
1. Introdução	119
2. Sistema Feudal	120
2.1. Características	120
2.2. Contrato Feudo-Vassálico	122
2.2.1. Os Efeitos do Contrato Feudo-Vassálico	123
2.2.2. O Fim do Contrato Feudo-Vassálico	124
2.2.3. Os Direitos de Uso e Propriedade no Contrato Feudo-Vassálico	125
2.3. As Relações Feudo-Vassálicas e a Justiça	126
3. Os Direitos da Idade Média	127
3.1. Direito Germânico	127
3.1.1. O Reino Vândalo	129
3.1.2. O Reino Ostrogodo	130
3.1.3. O Reino Visigodo	130

3.5.3. <i>Status Familiae</i>	96
3.5.4. Causas Restritivas da Capacidade Jurídica de Gozo	97
3.6. Direito de Família	97
3.6.1. O Pátrio Poder	98
3.6.2. O Casamento	99
3.6.3. O Divórcio	103
3.6.4. O Dote	104
3.6.5. A Adoção	104
3.7. Tutela e Curatela	105
3.7.1. Tutela	105
3.7.2. Curatela	106
3.8. Sucessão	107
3.8.1. Herança	108
3.8.2. Testamento	108
3.9. Posse e Propriedade	109
3.10. Delitos	110
3.10.1. Causalidade	112
3.10.2. Imputabilidade	112
3.10.3. Extinção da Punibilidade	113
3.10.4. Codelinquência	113
3.10.5. Retroatividade da Lei Penal	114
3.10.6. Alguns Delitos	114
3.11. O Estudo do Direito e os Advogados em Roma	115
CAPÍTULO VII – A EUROPA MEDIEVAL	
1. Introdução	119
2. Sistema Feudal	120
2.1. Características	120
2.2. Contrato Feudo-Vassálico	122
2.2.1. Os Efeitos do Contrato Feudo-Vassálico	123
2.2.2. O Fim do Contrato Feudo-Vassálico	124
2.2.3. Os Direitos de Uso e Propriedade no Contrato Feudo-Vassálico	125
2.3. As Relações Feudo-Vassálicas e a Justiça	126
3. Os Direitos da Idade Média	127
3.1. Direito Germânico	127
3.1.1. O Reino Vândalo	129
3.1.2. O Reino Ostrogodo	130
3.1.3. O Reino Visigodo	130

3.1.4. O Reino dos Burgúndios.....	131
3.1.5. O Reino dos Francos.....	131
3.2. O Direito Canônico.....	132
3.3. O Direito Romano.....	135
4. A Inquisição.....	137
4.1. O Tribunal do Santo Ofício e os Tribunais Seculares.....	138
CAPÍTULO VIII – O ISLÁ	
1. Introdução.....	143
2. O Ambiente do Surgimento do Islá.....	144
3. A Fundação do Islamismo.....	145
4. O Direito dos Muçulmanos.....	148
5. O Alcorão.....	150
5.1. Alguns Pontos do Alcorão.....	152
CAPÍTULO IX – O DIREITO INGLÊS	
1. Introdução.....	179
2. Direito Inglês – A História e a Formação do <i>Statute Law</i>	180
3. A Divisão do Direito Inglês.....	194
CAPÍTULO X – DA MONARQUIA ABSOLUTA AO ILUMINISMO	
1. O Absolutismo Monárquico.....	197
1.1. A França de Luis XIV.....	198
2. O Iluminismo e as Críticas ao Estado Absolutista.....	203
3. Cesare Beccaria.....	208
3.1. As Ideias de Cesare Beccaria.....	210
4. Outros Pensadores – Criminalistas do Iluminismo.....	220
CAPÍTULO XI – AS REVOLUÇÕES ESTADOS UNIDOS E FRANÇA NO SÉCULO XVIII	
1. A Independência dos EUA.....	223
1.1. Introdução.....	223
1.2. O Início do Processo de Independência e a Declaração de Direitos do Bom Povo da Virgínia.....	228
1.3. A Declaração de Independência.....	233
1.4. A Constituição Norte-Americana.....	235
1.5. A Equity e a Common Law nos Estados Unidos.....	241
2. A Revolução Francesa.....	243
2.1. Introdução.....	243
2.2. Conjuntura Política-Econômica Pré-Revolucionária.....	243
2.3. A Assembleia Constituinte e a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão.....	245

3.1.4. O Reino dos Burgúndios.....	131
3.1.5. O Reino dos Francos.....	131
3.2. O Direito Canônico.....	132
3.3. O Direito Romano.....	135
4. A Inquisição.....	137
4.1. O Tribunal do Santo Ofício e os Tribunais Seculares.....	138
CAPÍTULO VIII – O ISLÁ	
1. Introdução.....	143
2. O Ambiente do Surgimento do Islá.....	144
3. A Fundação do Islamismo.....	145
4. O Direito dos Muçulmanos.....	148
5. O Alcorão.....	150
5.1. Alguns Pontos do Alcorão.....	152
CAPÍTULO IX – O DIREITO INGLÊS	
1. Introdução.....	179
2. Direito Inglês – A História e a Formação do <i>Statute Law</i>	180
3. A Divisão do Direito Inglês.....	194
CAPÍTULO X – DA MONARQUIA ABSOLUTA AO ILUMINISMO	
1. O Absolutismo Monárquico.....	197
1.1. A França de Luis XIV.....	198
2. O Iluminismo e as Críticas ao Estado Absolutista.....	203
3. Cesare Beccaria.....	208
3.1. As Ideias de Cesare Beccaria.....	210
4. Outros Pensadores – Criminalistas do Iluminismo.....	220
CAPÍTULO XI – AS REVOLUÇÕES ESTADOS UNIDOS E FRANÇA NO SÉCULO XVIII	
1. A Independência dos EUA.....	223
1.1. Introdução.....	223
1.2. O Início do Processo de Independência e a Declaração de Direitos do Bom Povo da Virgínia.....	228
1.3. A Declaração de Independência.....	233
1.4. A Constituição Norte-Americana.....	235
1.5. A Equity e a Common Law nos Estados Unidos.....	241
2. A Revolução Francesa.....	243
2.1. Introdução.....	243
2.2. Conjuntura Política-Econômica Pré-Revolucionária.....	243
2.3. A Assembleia Constituinte e a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão.....	245

2.4. A Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadã	249
2.5. As Constituições Revolucionárias.....	257
2.6. Era Napoleônica e o Código Civil.....	258

CAPÍTULO XII – AS LEIS PORTUGUESAS

1. Os Primeiros Habitantes e a Romanização	265
2. Os Muçulmanos na Península.....	267
3. O Nascimento de Portugal	268
4. A Era das Ordenações	270
4.1. As Ordenações Afonsinas	270
4.2. As Ordenações Manuelinas	275
4.3. As Ordenações Filipinas	279
5. O Período Pombalino	289
6. As Constituições Portuguesas	291

CAPÍTULO XIII BRASIL COLÔNIA

1. Sem Fé, sem Lei, sem Rei	295
2. Os Tratados Antes do Brasil e Limites de Terras	298
3. O Antigo Sistema Colonial e os Primeiros Documentos Jurídicos na Colônia	300
4. O Município, o Governo-Geral e a Montagem de um Aparato Jurídico na Colônia.....	302
5. O Direito sob o Domínio Holandês no Nordeste Brasileiro.....	310
6. A Legislação Específica da Região das Minas	313

CAPÍTULO XIV – BRASIL REINO

1. Introdução	317
2. A Corte Portuguesa no Brasil e a Subordinação à Inglaterra... ..	319
2.1. A Chegada da Corte e a Abertura dos Portos	319
2.2. A Liberação de Manufaturas	322
2.3. A Reorganização do Estado Português no Brasil e a Entrega do Mercado Brasileiro.....	325
2.4. A Justiça no Período Joanino	331
2.5. A Elevação do Brasil à Condição de Reino Unido	339

CAPÍTULO XV – BRASIL IMPÉRIO

1. A Independência do Brasil e a Constituinte de 1823	343
2. A Constituição Outorgada de 1824	352
2.1. Alguns Pontos da Constituição de 1824.....	353
3. O Código Criminal de 1830	369
4. O Código de Processo Criminal de 1832 e o Ato Adicional de 1834	379

2.4. A Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadã	249
2.5. As Constituições Revolucionárias.....	257
2.6. Era Napoleônica e o Código Civil.....	258

CAPÍTULO XII – AS LEIS PORTUGUESAS

1. Os Primeiros Habitantes e a Romanização	265
2. Os Muçulmanos na Península.....	267
3. O Nascimento de Portugal	268
4. A Era das Ordenações	270
4.1. As Ordenações Afonsinas	270
4.2. As Ordenações Manuelinas	275
4.3. As Ordenações Filipinas	279
5. O Período Pombalino	289
6. As Constituições Portuguesas	291

CAPÍTULO XIII BRASIL COLÔNIA

1. Sem Fé, sem Lei, sem Rei	295
2. Os Tratados Antes do Brasil e Limites de Terras	298
3. O Antigo Sistema Colonial e os Primeiros Documentos Jurídicos na Colônia	300
4. O Município, o Governo-Geral e a Montagem de um Aparato Jurídico na Colônia.....	302
5. O Direito sob o Domínio Holandês no Nordeste Brasileiro.....	310
6. A Legislação Específica da Região das Minas	313

CAPÍTULO XIV – BRASIL REINO

1. Introdução	317
2. A Corte Portuguesa no Brasil e a Subordinação à Inglaterra... ..	319
2.1. A Chegada da Corte e a Abertura dos Portos	319
2.2. A Liberação de Manufaturas	322
2.3. A Reorganização do Estado Português no Brasil e a Entrega do Mercado Brasileiro.....	325
2.4. A Justiça no Período Joanino	331
2.5. A Elevação do Brasil à Condição de Reino Unido	339

CAPÍTULO XV – BRASIL IMPÉRIO

1. A Independência do Brasil e a Constituinte de 1823	343
2. A Constituição Outorgada de 1824	352
2.1. Alguns Pontos da Constituição de 1824.....	353
3. O Código Criminal de 1830	369
4. O Código de Processo Criminal de 1832 e o Ato Adicional de 1834	379

4.1. O Código de Processo Criminal.....	380
4.2. O Ato Adicional.....	382
4.3. Outras Leis do Período Imperial.....	383
5. Nascimento da Tradição Jurídica Brasileira.....	383
6. A Escravidão e a Lei: Condições e Abolição	385
6.1. As Leis Abolicionistas.....	392
6.1.1. A Lei Eusébio de Queiroz	395
6.1.2. A Lei do Ventre Livre.....	396
6.1.3. A Lei dos Sexagenários.....	400
6.1.4. A Lei Áurea.....	403
CAPÍTULO XVI – REPÚBLICA VELHA	
1. A Proclamação da República e a Constituição de 1891.....	405
1.1. Alguns Pontos da Constituição de 1891.....	413
1.1.1. A República Federativa dos Estados Unidos do Brasil.....	413
1.1.2. O Poder Executivo.....	414
1.1.3. O Poder Judiciário.....	414
1.1.4. O Poder Legislativo.....	418
1.1.5. O Sistema Eleitoral	420
1.1.6. As Novidades da Constituição de 1891	422
2. O Código Penal de 1890.....	425
2.1. Alguns Pontos do Código Penal de 1890.....	426
3. O Código Civil de 1916	432
CAPÍTULO XVII ERA VARGAS – 1930 A 1946	
1. A Revolução de 1930 e o Governo Provisório.....	437
1.1. A Organização das Cortes de Apelação do Distrito Federal e a Criação da Ordem dos Advogados Brasileiros ..	440
1.2. O Código Eleitoral de 1932	441
2. A Constituição de 1934.....	442
2.1. Características Gerais do Estado Brasileiro	444
2.2. A Competência para a Elaboração de Legislação	445
2.3. Municípios.....	447
2.4. Poder Executivo Federal.....	448
2.5. Poder Legislativo Federal.....	450
2.6. Poder Judiciário.....	453
2.7. Conselhos Técnicos	455
2.8. O Voto e o Sistema Eleitoral	456
2.9. Garantias Individuais	457
2.10. Trabalho.....	458

4.1. O Código de Processo Criminal.....	380
4.2. O Ato Adicional.....	382
4.3. Outras Leis do Período Imperial.....	383
5. Nascimento da Tradição Jurídica Brasileira.....	383
6. A Escravidão e a Lei: Condições e Abolição	385
6.1. As Leis Abolicionistas.....	392
6.1.1. A Lei Eusébio de Queiroz	395
6.1.2. A Lei do Ventre Livre.....	396
6.1.3. A Lei dos Sexagenários.....	400
6.1.4. A Lei Áurea.....	403
CAPÍTULO XVI – REPÚBLICA VELHA	
1. A Proclamação da República e a Constituição de 1891.....	405
1.1. Alguns Pontos da Constituição de 1891.....	413
1.1.1. A República Federativa dos Estados Unidos do Brasil.....	413
1.1.2. O Poder Executivo.....	414
1.1.3. O Poder Judiciário.....	414
1.1.4. O Poder Legislativo.....	418
1.1.5. O Sistema Eleitoral	420
1.1.6. As Novidades da Constituição de 1891	422
2. O Código Penal de 1890.....	425
2.1. Alguns Pontos do Código Penal de 1890.....	426
3. O Código Civil de 1916	432
CAPÍTULO XVII ERA VARGAS – 1930 A 1946	
1. A Revolução de 1930 e o Governo Provisório.....	437
1.1. A Organização das Cortes de Apelação do Distrito Federal e a Criação da Ordem dos Advogados Brasileiros ..	440
1.2. O Código Eleitoral de 1932	441
2. A Constituição de 1934.....	442
2.1. Características Gerais do Estado Brasileiro	444
2.2. A Competência para a Elaboração de Legislação	445
2.3. Municípios.....	447
2.4. Poder Executivo Federal.....	448
2.5. Poder Legislativo Federal.....	450
2.6. Poder Judiciário.....	453
2.7. Conselhos Técnicos	455
2.8. O Voto e o Sistema Eleitoral	456
2.9. Garantias Individuais	457
2.10. Trabalho.....	458

2.11. A "Justiça" do Trabalho.....	460
2.12. Nacionalismo	460
2.13. Educação.....	462
2.14. Assistência do Estado e Casamento	465
2.15. A Mudança da Capital.....	466
3. A Constituição de 1937 e a Ditadura Estadonovista	467
3.1. Antecedentes	467
3.2. A Constituição de 1937	474
3.2.1. A Justificativa da Constituição	475
3.2.2. Uma Constituição de Ditadura: Todo Poder ao Executivo Federal.....	476
3.2.3. O Conselho da Economia Nacional.....	480
3.2.4. O Poder Judiciário.....	481
3.2.5. Voto.....	482
3.2.6. Os "Direitos e Garantias Individuais"	482
3.2.7. Educação e Família.....	486
3.2.8. Trabalho	488
3.3. O Código Penal de 1940 e o Código de Processo de 1941..	489
3.4. A Polícia, a Justiça e Outras Instituições da Era Vargas..	490
4. O Movimento Operário: Da Década de 20 à CLT	494
CAPÍTULO XVIII – BRASIL: DE 1946 À DITADURA MILITAR	
1. O Fim do Estado Novo e a Constituição de 1946	503
1.1. A Constituição de 1946	504
1.1.1. O Poder Executivo.....	504
1.1.2. O Poder Legislativo.....	506
1.1.3. O Poder Judiciário.....	508
1.1.4. Ministério Público	514
1.1.5. Estados e Municípios	515
1.1.6. Os Direitos	517
2. A Ditadura Militar	521
2.1. Antecedentes	521
2.2. O Ato Institucional (o número 1)	526
2.3. O Ato Institucional nº 2	532
2.4. O Ato Institucional nº 3	541
2.5. Ato Institucional nº 4 e a Constituição de 1967	542
2.6. O Ato Institucional nº 5	548
2.7. Outras Leis do Regime Militar e a Emenda Constitucio- nal nº 1 de 1969	555

2.11. A "Justiça" do Trabalho.....	460
2.12. Nacionalismo	460
2.13. Educação.....	462
2.14. Assistência do Estado e Casamento	465
2.15. A Mudança da Capital.....	466
3. A Constituição de 1937 e a Ditadura Estadonovista	467
3.1. Antecedentes	467
3.2. A Constituição de 1937	474
3.2.1. A Justificativa da Constituição	475
3.2.2. Uma Constituição de Ditadura: Todo Poder ao Executivo Federal.....	476
3.2.3. O Conselho da Economia Nacional.....	480
3.2.4. O Poder Judiciário.....	481
3.2.5. Voto.....	482
3.2.6. Os "Direitos e Garantias Individuais"	482
3.2.7. Educação e Família.....	486
3.2.8. Trabalho	488
3.3. O Código Penal de 1940 e o Código de Processo de 1941..	489
3.4. A Polícia, a Justiça e Outras Instituições da Era Vargas..	490
4. O Movimento Operário: Da Década de 20 à CLT	494
CAPÍTULO XVIII – BRASIL: DE 1946 À DITADURA MILITAR	
1. O Fim do Estado Novo e a Constituição de 1946	503
1.1. A Constituição de 1946	504
1.1.1. O Poder Executivo.....	504
1.1.2. O Poder Legislativo.....	506
1.1.3. O Poder Judiciário.....	508
1.1.4. Ministério Público	514
1.1.5. Estados e Municípios	515
1.1.6. Os Direitos	517
2. A Ditadura Militar	521
2.1. Antecedentes	521
2.2. O Ato Institucional (o número 1)	526
2.3. O Ato Institucional nº 2	532
2.4. O Ato Institucional nº 3	541
2.5. Ato Institucional nº 4 e a Constituição de 1967	542
2.6. O Ato Institucional nº 5	548
2.7. Outras Leis do Regime Militar e a Emenda Constitucio- nal nº 1 de 1969	555

CAPÍTULO XIX – A REDEMOCRATIZAÇÃO E A CONSTITUIÇÃO DE 1988	559
1. O Fim do Regime Militar	559
2. A Constituinte de 1987	560
3. Características Gerais da Constituição de 1988.....	561
Referências Bibliográficas	563
Anexos	571

CAPÍTULO XIX – A REDEMOCRATIZAÇÃO E A CONSTITUIÇÃO DE 1988	559
1. O Fim do Regime Militar	559
2. A Constituinte de 1987	560
3. Características Gerais da Constituição de 1988.....	561
Referências Bibliográficas	563
Anexos	571